

A.I. Nº. - 108880.0304/09-7
AUTUADO: - QUALITEXTIL S/A
AUTUANTES: - MARIA CONSUELO GOMES SACRAMENTO e IVANILDO LEÔNIDAS FERNANDES
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 06/04/2010

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0057-03/10

EMENTA. ICMS. IMPORTAÇÃO. DESTINO FÍSICO DA MERCADORIA. Mercadoria desembaraçada em outro Estado da Federação, tendo por destino físico o Estado da Bahia. A Lei determina como local do fato gerador para recolhimento do imposto o Estado onde se localiza o estabelecimento onde ocorreu a entrada física da mercadoria importada do exterior, no caso concreto, o Estado da Bahia. Acusação fiscal subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em tela foi lavrado por Auditores Fiscais lotados na INFAZ/INDÚSTRIA em 30 de setembro de 2009, no valor de R\$ 680.747,30, acrescido de penalidade de 100% e demais cominações legais, relativamente a falta de recolhimento no prazo regulamentar de ICMS, referente a mercadoria importada do exterior pelo próprio contribuinte, com simulação de compra no mercado interno, por intermédio de empresa de outro Estado, pela constatação de que as mercadorias após desembaraço aduaneiro realizado pela empresa International Commerce Recife Ltda. situada no Estado de Pernambuco, foram destinadas ao estabelecimento da empresa Autuada, fato verificado nos meses de janeiro a março e maio a dezembro de 2006 .

Instruem o processo, Termo de Início de Fiscalização (fl. 07), pedido de autorização para lavratura de Auto de Infração parcial, devidamente deferido pela autoridade competente (fl. 08), demonstrativos de apuração do débito e demais documentos comprobatórios da infração (fls. 10 a 553).

Tempestivamente, a empresa autuada através de advogado devidamente constituído em petição de fls. 556 a 570, argumenta que a controvérsia existente no processo “diz respeito ao sujeito ativo do ICMS incidente sobre as importações promovidas pela empresa International Commerce Recife, se o Estado de Pernambuco, onde se localiza o estabelecimento importador e onde se deu o desembaraço aduaneiro; ou se o Estado da Bahia, onde se localiza o destinatário final das mercadorias importadas (matérias-primas utilizadas pela impugnante na confecção dos seus produtos).

Esclarece que inexistente dolo ou má fé por parte do contribuinte, vez que a operação por ela realizada foi absolutamente clara, sem subterfúgios ou artifícios, se destacando perfeitamente as duas figuras: **a)** estabelecimento importador, localizado em Pernambuco, que promoveu a importação e o desembaraço aduaneiro dos bens pelo Porto de Recife, remetendo-os para Bahia em seguida; **b)** o destinatário final das mercadorias importadas, a impugnante, que as adquiriu para emprego no seu processo produtivo (matérias-primas, especialmente “tecido a base de aramida”), razão pela qual não aceita a expressa utilizada no Auto de Infração ‘simulação’.”

Aduz que, ocorre uma “discussão jurídica, absolutamente controversa, que decorre da redação pouco clara do art. 155, §2º, IX, “a”, da Constituição Federal de 1988”, o qual

Aborda a dificuldade de julgamento, transcrevendo trecho de Acórdão do CONSEF, no qual o julgador analisando o aspecto de obscuridade do texto da Carta Magna, afirma que outra redação evitaria “as querelas que se desenrolam por mais de vinte anos e apenas causam insegurança jurídica e problemas econômicos”.

No seu entendimento, entretanto, “não é de difícil resposta. Juridicamente, o fato gerador do ICMS é indiscutivelmente o **desembaraço aduaneiro** do bem importado, a exemplo do que ocorria com o antigo ICM, e que foi reproduzido no art. 12, IX, da Lei Complementar nº 87/96”, o qual transcreve.

Logo, no seu entender, “o fator gerador ocorre no momento do desembaraço aduaneiro, o único sujeito ativo, por consequência lógica, é o Estado onde se deu o desembaraço aduaneiro”.

Aborda, a seguir, o fato de alguns estados concederem benefícios fiscais a importadores, o que propicia aumento de divisas, o que causa o acirramento de tais questões, e como consequência, aquilo que chama “a figura do destinatário “jurídico” da mercadoria importada. O destinatário jurídico não promove a importação (e tampouco o desembaraço aduaneiro), mas recebe, ao final, as mercadorias importadas. E o Estado onde se localiza o destinatário jurídico passa a ser o credor do ICMS/importação. Ou seja, uma segunda operação (remessa da mercadoria importada) passou a definir o credor do tributo cujo fato gerador já havia ocorrido no mundo fenomênico (desembaraço aduaneiro)! “

Cita o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº. 299.079-5, pelo ministro Carlos Brito, o qual entendeu que “O sujeito ativo da relação jurídico-tributária do ICMS é o Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria (...) pouco importando se o desembaraço aduaneiro ocorreu por meio de ente federativo diverso”.

Transcreve, a seguir, voto do ministro Marco Aurélio, no julgamento do Recurso Extraordinário nº. 268.586-1, o qual concluiu “que o tributo deveria ter sido recolhido aos cofres do Estado de São Paulo, pouco significando a circunstância de a sociedade importadora contar com estabelecimento no Estado do Espírito Santo, onde desfruta vantagens fiscais e financeiras, considerado o sistema FUNDAP. Proclamou a Corte competir à unidade da Federação em que processado o desembaraço da mercadoria cobrar o tributo, aludindo à circulação com aquisição e entrada no estabelecimento situado no próprio território da Unidade.

Conclui, então, que “Portanto, pelo voto do Min. Marco Aurélio, aprovado pela maioria dos seus pares, o ICMS é devido ao Estado onde ocorrer o desembaraço aduaneiro do bem, pouco importando o destino final da mercadoria. O Relator deixa claro que, no caso concreto, o ICMS apenas é devido ao Estado de São Paulo porque lá se deu o desembaraço das mercadorias importadas. Caso contrário, o imposto seria devido ao Espírito Santo”, após tecer alguns comentários ao voto do julgador, no seu entendimento, “é extremo de dúvida que, ante os precedentes mencionados, o Colegiado Maior decidiu ser credor do tributo o Estado onde aportada a mercadoria, ficando mitigada a referência a Estabelecimento destinatário”.

Reportando-se ao caso concreto, posiciona-se da seguinte forma: “ainda que se entenda que o ICMS seria devido ao Estado da Bahia, a cobrança da obrigação principal ameaça caracterizar o odioso “*bis in idem*”, ou seja, cobrança em duplicidade do imposto”, decorrente de seu caráter de não cumulatividade, concluindo que “pela sistemática de apuração do ICMS, não há qualquer dúvida de que o imposto devido pela importação das matérias-primas também gera, paralelamente, o crédito em valor equivalente para recuperar a carga tributária incidente sobre as futuras saídas destas mercadorias”, o que no seu entender demonstra que pela sistemática de apuração do ICMS, não há qualquer dúvida de que o imposto devido pela importação das matérias-primas também gera, paralelamente, o crédito em valor equivalente para recuperar a carga tributária incidente sobre as futuras saídas destas mercadorias, estribando seu raciocínio em julgac

A seguir, cita julgados do CONSEF que entendem de forma igual, a exemplo dos Acórdãos JF N° 0255-04/05, Resolução n°. 1851/99, abordando, ainda, a existência de erro na determinação da multa aplicável, a qual, em seu entender seria de 60%, e não de 100%, mencionando que o auto de Infração n°. 108595.0809/09-2, lavrado na mesma ação fiscal, aplicou tal penalidade, a mesma do Auto de Infração n°. 124157.0001/09-4. Cita, por exemplo, outros julgados do próprio CONSEF, como respaldo às suas afirmativas, concluindo pelo pedido de julgamento IMPROCEDENTE ou PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Informação fiscal de fls. 611 a 618 os autuantes após transcreverem sucintamente as alegações dos advogados da empresa afirmam que “a autuada é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, instituído pela Lei n°. 7.980, de 12 de dezembro de 2001, e tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. E no caso específico desta empresa, concedeu a dilação de prazo do pagamento do ICMS de 70% para as operações por ela industrializadas”.

A seguir, citam a existência de diversos recursos julgados pelo STF, entre 2004 e 2005, com relação ao Estado credor do ICMS referente a importações, concluindo que o imposto é devido na unidade da federação onde ocorrer o desembaraço aduaneiro e não ao estado do domicílio fiscal do destinatário das mercadorias, a exemplo do Acórdão prolatado no Agravo Regimental no RE n°. 590.243/MG, cuja ementa transcrevem.

Com relação à argumentação de que a falta de pagamento do ICMS sobre a importação não causou prejuízo ao Estado, uma vez que a impugnante também tinha o direito de lançar como crédito o valor do imposto devido, informam que se o ICMS fosse efetivamente recolhido para o Estado da Bahia, e os produtos fossem utilizados como matéria prima, o contribuinte faria jus ao crédito do imposto.

Ao contrário do que afirma o contribuinte, de não ter lançado o débito pela entrada dos produtos importados, nem tampouco aproveitado qualquer crédito, e que ao vender a mercadoria importada o imposto foi completamente pago, informam que foram *utilizados créditos decorrentes da entrada destes produtos através das notas fiscais emitidas pela empresa International Commerce Recife Ltda*, conforme cópia do livro Registro de Entradas e documentos fiscais que anexam.

Posicionam-se, também, “que a operação realizada causou prejuízo ao erário público estadual, pois além de não ter recebido o ICMS referente às operações de importações, também suportou o ônus do crédito decorrente da entrada destes produtos através de notas fiscais da empresa acima citada, com destaque do imposto”, o que contraria art. 573 do RICMS/BA, entendimento ratificado pelos arts. 93, § 5º, I e 97 VII do mesmo diploma legal, e art. 86, III § 1º da Instrução Normativa 247/02 da Secretaria da Receita Federal combinado com o art. 155, § 2º, I e IX da CF/88, transcrevendo o texto do mencionado artigo 573 do RICMS.

Quanto ao percentual da multa aplicada, afirmam que cabe ao CONSEF, dentro de sua competência, o julgamento do feito, e, se assim entender, a redução do percentual de multas aplicada, mencionando, também, decisão de primeira instância deste órgão julgador, relativo à mesma matéria, concluindo pelo pedido de procedência do Auto de Infração.

VOTO

O auto de infração ora em discussão foi lavrado para cobrança do ICMS tido pelos Autuantes como devido pela Autuada, devido a falta de recolhimento no prazo regulamentar de ICMS, referente a mercadorias importadas do exterior pelo próprio contribuinte, com simulação de compra no mercado interno, por intermédio de empresa de outro Estado, pela constatação de que as mercadorias após

desembaraço aduaneiro realizado pela empresa International Commerce Recife Ltda. situada no Estado de Pernambuco, foram destinadas ao estabelecimento da empresa Autuada.

O contribuinte, através de seus advogados, interpôs defesa, adentrando na discussão jurídica do tema, requerendo a improcedência do lançamento, ou a sua procedência em parte, após extensa exposição de seus argumentos, sem qualquer outra alegação adicional, a não ser com a discordância do percentual de multa aplicada ao fato (100%), a qual, entende não se configura, reivindicando que, seria a mesma de 60%.

Relativamente aos fatos, concordo com os advogados da Autuada quando alertam sobre as dificuldades de julgamento em situações análogas, pela forma com que se encontra redigido o artigo 155, §2º, Inciso IX, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe:

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

...

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 33, de 2001)

Ocorre que, independentemente da redação boa ou ruim, da sua justeza ou não, cabe ao julgador, posicionar-se segundo o seu convencimento, e sobretudo, em atenção ao direito e a justiça, ainda que diante de dificuldades.

Fato é que ocorreram diversas importações realizadas pela empresa International Commerce Recife Ltda. situada no Estado de Pernambuco, sendo, entretanto, o adquirente das mercadorias a Autuada, conforme, por exemplo, constam nos extratos de importação e consumo emitidos pela Secretaria da Receita Federal às fls. 14 e 41.

Fato também é que o ICMS devido pela importação foi recolhido em favor do Estado de Pernambuco, contrariamente ao entendimento dos Autuantes, o que ensejou a lavratura do Auto de Infração em comento.

Diante das peças apresentadas pelos Autuantes, verifica-se que a Autuada é, efetivamente o estabelecimento que efetuou a importação, especialmente verificando-se os documentos de fls. 25 e 33, os quais são tomados apenas como exemplo, para não sermos repetitivos, vez que os demais acostados também contem as mesmas indicações, onde figura como compradora e destinatária final a Autuada, e na condição de consignatária a empresa International Commerce Recife Ltda, salientando-se que tais informações são oriundas do exportador dos produtos situado no Canadá (fl. 33) e a própria Autuada (fl. 25), neste último documento, cabendo-lhe até campo para assinatura autorizada.

O mesmo se verifica em relação às demais importações, de forma que, como dito anteriormente, apenas para efeito demonstrativo tomaremos esta operação exemplarmente, repercutindo, contudo, o raciocínio para as outras realizadas e devidamente documentadas.

Sabido é que a Lei Complementar que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), assim dispõe em seu artigo 12, inciso IX:

Art. 12. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

...

IX - do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior; (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002)

Assim, tal dispositivo, estabelece o momento no qual o imposto é devido, nada mais. Cabe, entretanto ao artigo 11, inciso I, alínea “d” da mesma Lei Complementar, definir o local do fato gerador:

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

...

d) importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física;

A legislação do Estado da Bahia adotou tais normas em seu Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto nº. 6.284/97, especialmente no artigo 47:

Art. 47. O local da operação relativa à circulação de mercadorias ou bens, para efeito de cobrança do ICMS e da definição do estabelecimento responsável, é:

...

X - o do estabelecimento onde ocorra a entrada física da mercadoria ou bem importados do exterior;

Já o artigo 573, inciso I, explicita a base territorial para a cobrança do ICMS na importação.

Art. 573. Nas operações de importação de mercadorias ou bens procedentes do exterior, cabe o recolhimento do imposto sobre elas incidente à unidade federada:

I - onde estiver situado o estabelecimento em que ocorrer a entrada física das mercadorias ou bens, quando destinados a unidade federada diversa da do domicílio do importador, sem que os mesmos transitem pelo estabelecimento importador;

Vê-se, pois, que tais artigos determinam que nas operações de importação de mercadorias ou bens do exterior, o recolhimento do imposto sobre elas incidente deve ser realizado em favor da unidade da Federação onde se situar o estabelecimento onde ocorrer a entrada física dos mesmos.

Em momento algum a defesa nega o fato das mercadorias importadas objeto do Auto de Infração não terem dado entrada física no estabelecimento da Autuada, o que reforça o escopo da autuação.

Data vênia, em que pese argumentação dos advogados da Autuada da falta de prejuízo para o Estado da Bahia do procedimento adotado pela mesma, vê-se, claramente, pelas notas fiscais de remessa das mercadorias pelo estabelecimento International Commerce Recife Ltda., lesão aos cofres deste Estado, pelo fato do contribuinte apropriar-se do crédito fiscal, sem a ocorrência dentro do Estado de débito correspondente, advindo da própria não cumulatividade do ICMS, sem que houvesse recebido no caso das operações praticadas, os recursos do ICMS importação, sendo descabida, igualmente, a tese de *bis in idem*, que não se vislumbra em momento algum, vez que ao Estado de Pernambuco não caberia qualquer valor a título de ICMS importação, nas operações realizadas e constantes dos autos.

Além disso, pelo fato da Autuada usufruir os benefícios do programa DESENVOLVE, o qual lhe permite postergar o recolhimento de 70% do valor devido a título de ICMS, num prazo de dez anos, não se pode deixar de considerar tal prática, em prejudicial para o estado da Bahia.

Desta forma, não resta dúvida de que o estabelecimento importador foi, efetivamente, aquele pertencente à Autuada, e que a presença de estabelecimento consignatário, diferente daquele, apenas se justifica pelo usufruto de possíveis benefícios fiscais concedidos pelo estado de Pernambuco.

sendo que, como o destino final e o efetivo importador da mercadoria é a Autuada, neste caso, aplicam-se à operação os dispositivos legais da legislação tributária deste Estado.

Não obstante a Autuada ter elencado na sua defesa posicionamentos adotados pelo Poder Judiciário a respeito da matéria em discussão, através da transcrição de decisões dos Tribunais Superiores do país, o entendimento destes tem, a exemplo do direito, que sempre vive em mutação, adaptando-se aos fatos, aos tempos e ao mundo, sido no sentido de acatar a tese dos Autuantes. Prova disso, são as decisões proferidas em diversos Recursos apreciados pelo Supremo Tribunal Federal em período recente, como por exemplo:

RE 299079 / RJ - RIO DE JANEIRO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Relator(a): Min. CARLOS BRITTO
Julgamento: 30/06/2004

Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS. ICMS. IMPORTAÇÃO. SUJEITO ATIVO. ALÍNEA "A" DO INCISO IX DO § 2º DO ART. 155 DA MAGNA CARTA. ESTABELECIMENTO JURÍDICO DO IMPORTADOR. O sujeito ativo da relação jurídico-tributária do ICMS é o Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria (alínea "a" do inciso IX do § 2º do art. 155 da Carta de Outubro); pouco importando se o desembaraço aduaneiro ocorreu por meio de ente federativo diverso. Recurso extraordinário desprovido.

RE 598051 AgR / SP - SÃO PAULO
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Relator(a): Min. EROS GRAU
Julgamento: 12/05/2009
Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ICMS. IMPORTAÇÃO. SUJEITO ATIVO. ALÍNEA "A" DO INCISO IX DO § 2º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que o sujeito ativo da relação jurídico-tributária do ICMS é o Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria importada, pouco importando se o desembaraço aduaneiro ocorreu por meio de outro ente federativo. Precedentes. 2. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do STF. Agravo regimental a que se nega seguimento.

AI 635746 AgR-AgR / MG - MINAS GERAIS
AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
Relator(a): Min. EROS GRAU
Julgamento: 26/02/2008
Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. TRIBUTÁRIO. ICMS. IMPORTAÇÃO. SUJEITO ATIVO. ALÍNEA 'A' DO INCISO IX DO § 2º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O Supremo Tribunal Federal possui orientação pacífica no sentido de ser extemporâneo o recurso protocolado antes da publicação da decisão recorrida, sem posterior ratificação. 2. O sujeito ativo da relação jurídico-tributária do ICMS é o Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria importada, pouco importando se o desembaraço aduaneiro ocorreu por meio de outro ente federativo. Precedente. 3. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do STF. Agravo regimental a que se nega seguimento.

RE 590243 AgR / MG - MINAS GERAIS
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI
Julgamento: 13/10/2009
Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ICMS. IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA. SUJEITO ATIVO DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA. I - Nos termos do art. 155, § 2º, IX, a, da Constituição Federal, o sujeito ativo da relação jurídico-tributária do ICMS é o Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria importada. II - Na definição do destinatário da mercadoria importada,

particulares mantidos entre as partes envolvidas na importação, mas a efetiva destinação do bem importado. III - Inviável recurso extraordinário para rever a análise do conjunto fático-probatório realizada no Tribunal de origem, no tocante à definição do efetivo destinatário da mercadoria importada. Incidência da Súmula 279 do STF. IV - Precedentes. V - Agravo regimental não provido.

Assim, contrariamente ao afirmado na defesa, o entendimento do STF, Corte maior do país, é na aceitação do conceito de destino físico da mercadoria importada para efeito de tributação pelo ICMS, ou seja, o destinatário jurídico das mercadorias objeto da importação, sendo irrelevantes os pactos mantidos entre as partes envolvidas na importação, importando, sim, para qual destino irão as mercadorias objeto da importação. Da documentação fartamente acostada pelos autuantes, nenhuma dúvida paira sobre quem se caracterizaria como o “destinatário jurídico” de que nos falam as Ementas do STF, que não a Autuada.

Quanto aos posicionamentos adotados pelo CONSEF em apreciações recentemente relativas à mesma matéria, vale citar, por exemplo, os Acórdãos JJF 0312-01/09, da 1ª Junta de Julgamento Fiscal, de 16 de setembro de 2009. No Acórdão CJF 0358-11/09, de 03 de dezembro de 2009, o ilustre relator, textualmente assim se expressa: *“Isso quer dizer que, atualmente, é irrelevante para a definição do sujeito ativo do ICMS-importação o local do estabelecimento importador ou do desembaraço aduaneiro, cabendo o imposto para o Estado em que se operar a entrada física da mercadoria importada”*. Ou seja, o entendimento encontra-se devidamente sedimentado no sentido de que cabe ao Estado onde ocorre a entrada física da mercadoria importada o ICMS sobre a importação.

Finalmente, concordo com os advogados da Autuada, quando afirmam, contrariamente aos Autuantes, não ter havido simulação na operação. Verifico pela farta documentação acostada na Autuação que a empresa Autuada encontra-se perfeitamente identificada, bem como a empresa importadora das mercadorias, os documentos aduaneiros demonstram claramente a condição de cada uma delas em relação às mercadorias objeto da importação, v.g. os de fls. 14, 18 a 20 e 25, razão pela qual, afasto tal pressuposto.

Portanto, o Auto de Infração encontra o devido respaldo legal, razão pela qual voto pela **PROCEDÊNCIA** do mesmo, com alteração da penalidade indicada de 100%, para 60%, na forma do artigo 42, Inciso II, alínea “f”, da Lei nº. 7.014/96, vez que as provas trazidas aos autos pelos próprios Autuantes demonstram que as operações foram efetivamente realizadas, com as mercadorias adentrando no estabelecimento da Autuada, sem a comprovação da alegada simulação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **108880.0304/09-7** lavrado contra **QUALITEXTIL S/A**, devendo ser intimado o autuado a pagar o imposto no valor de **R\$ 680.747,30**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, Inciso II, alínea “f” da Lei nº. 7.014, e dos acréscimos legais.

SALA DAS SESSÕES DO CONSEF 15 de março de 2010

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR – RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR